



GT 032. Espaços Fronteiriços numa Perspectiva Interdisciplinar: formações identitárias e o problema da cidadania.

Izabel Missaglia de Mattos (UFRRJ) - Coordenador/a, Senilde Alcântara Guanaes (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) - Coordenador/a, Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRRJ) - Debatedor/a

A proposta tem como objetivo reunir investigadores com enfoques interdisciplinares sobre os processos históricos de configuração de zonas fronteiriças nas Américas, sem deixar de considerar as relações do continente com os fluxos econômicos e políticos globais. As zonas de fronteira podem se caracterizar como "vazios" de poder nas quais a violência contra o "outro" (re)produzida. Nesses contextos têm sido recorrentes as guerras e a escravidão, além de uma relação contraditória com o próprio Estado, ao questionar, inclusive, não apenas a cidadania mas a própria humanidade do outro. Investigadoras inovadoras sobre o tema, tanto em termos teóricos como metodológicos, têm surgido a partir de perspectivas que relacionam diversos campos de conhecimento. Perspectivas da etnohistória, de gênero, linguísticas, socioambientais, entre outras, vem criticando o pensamento colonialista ao apontar para o papel de centralidade das zonas fronteiriças para a compreensão das sociedades americanas. A proposta contempla investigações baseadas em fontes documentais ou etnográficas que abordam o tema da fronteira como espaço social e simbólico, aportando discussões relativas à reconstrução da memória histórica e aos intercâmbios comerciais e culturais, ao dinamismo identitário e construção de territórios, bem como as relações entre indivíduos e ou grupos, como indígenas, afrodescendentes, populações rurais e urbanas, em condições de vulnerabilidade social, econômica, cultural e jurídica.

Direitos Políticos, Territoriais e Ambientais de Povos Transfronteiriços

Autoria: Senilde Alcântara Guanaes

O texto propõe debater as questões territoriais, ambientais e políticas dos povos indígenas situados em regiões de fronteira, mais especificamente na região oeste do Paraná, entre Brasil, Paraguai e Argentina, sob a perspectiva dos direitos humanos e dos direitos civis. São comunidades e aldeias da etnia Avá Guarani e Mbya dispersadas não apenas pelos territórios nacionais, mas também em função de fronteiras agrícolas, coloniais e expansionistas, com forte participação dos estados nacionais e com a garantia constitucional das leis. O work é fruto de pesquisas interdisciplinares, que busca o diálogo entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Direito, com o objetivo de compreender as dinâmicas territoriais dos povos indígenas para além dos limites geopolíticos dos estados nacionais, problematizando os contextos históricos de ocupação fundiária, os deslocamentos forçados e as violações promovidas pela formação dos estados no período republicano, que aliados ao capital internacional marcaram e marcam a história recente da América Latina e de outras regiões e continentes. Tais questões passam também pela discussão dos projetos desenvolvimentistas contemporâneos, normalmente vinculados ao setor do hidroagronegócio e às políticas de integração territorial e econômica do bloco, que inclui projetos de grande porte como IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, culminando na violação de direitos fundamentais dos povos indígenas e das demais comunidades que têm seus territórios afetados por esses empreendimentos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

